

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.572 - SP  
(2019/0104565-8)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : LUIZ RICCETTO NETO**  
**ADVOGADO : LUIZ RICCETTO NETO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP081442**  
**EMBARGADO : UNIÃO**

### **DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por LUIZ RICCETTO NETO, em 12/11/2019, contra o **decisum** de fls. 318/324e, através do qual não conheci do Recurso Ordinário interposto pelo ora Embargante.

Inconformada, sustenta a parte embargante "omissão quanto ao fundamento pelo qual não apreciara de ofício as matérias de ordem pública tratadas neste mandamus" (fl. 329e).

Por fim, requer sejam acolhidos os Embargos de Declaração, "para esclarecer a omissão apontada" (fl. 329e).

Impugnação da parte embargada, a fls. 327/330e, pela rejeição dos Declaratórios.

Seja à luz do art. 535 do CPC/73, ou nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

**In casu**, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, o **decisum** embargado está suficientemente fundamentado, no sentido de que:

"(...) do exame das razões recursais de fls. 286/296e, observa-se que **a parte ora recorrente furtou-se de impugnar específica e suficientemente todos fundamentos em que se pautou o acórdão recorrido**, especialmente: 'a publicidade dos atos foi e deve ser mitigada, sob pena de violação ao próprio interesse público que motivou a decretação do segredo de justiça' (fl. 152e), b) o disposto nos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ 121/2010, c) o art. 188 do Provimento CORE 64/2005.

Nesse diapasão, aplica-se à espécie o entendimento segundo o qual 'a **Súmula 283/STF** prestigia o princípio da dialeticidade, por isso não se limita ao recurso extraordinário, também incidindo, por analogia, no recurso ordinário, quando o interessado não impugna, especificamente, fundamento suficiente para a manutenção do acórdão recorrido' (STJ,

AgRg no RMS 44.108/AP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada TRF/3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 18/12/2015).

(...)

Com efeito, à luz do princípio da dialeticidade, constitui ônus do recorrente expor, de forma clara e precisa, a motivação ou as razões de fato e de direito de seu inconformismo, impugnando os fundamentos da decisão recorrida, de forma a amparar a pretensão recursal deduzida, requisito essencial à delimitação da matéria impugnada e conseqüente predeterminação da extensão e profundidade do efeito devolutivo do recurso interposto, bem como à possibilidade do exercício efetivo do contraditório.

Ademais, na forma da jurisprudência desta Corte, 'a utilização do mandado de segurança para impugnar decisão judicial só tem pertinência em caráter excepcionalíssimo, quando se tratar de ato manifestamente ilegal ou teratológico' (STJ, AgInt no MS 23.896/AM, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, DJe de 14/06/2018)" (fls. 321/324e).

Diante desse contexto, o Recurso Ordinário não ultrapassou a barreira do conhecimento, inexistindo **qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material perpetrado pelo acórdão embargado, revelando-se, assim, o nítido propósito de reexame da matéria.**

Deve-se ressaltar que, seja à luz do CPC/73 ou do CPC vigente, os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.
2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rcl 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS

EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora